

Evasão no ensino superior e eficiência orçamentária: análise do custo por aluno na universidade estadual da Paraíba (2019–2023)

ANDERSON LOPES DA SILVA

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

KALINE DI PACE NUNES

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

MILTON JARBAS RODRIGUES CHAGAS

Universidade Federal do Cariri (UFCA)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a relação do custo por aluno e a evasão acadêmica na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) do ponto de vista da eficiência da aplicação dos recursos orçamentários no período de 2019 a 2023. A pesquisa, de abordagem quantitativa e natureza documental, utilizou dados provenientes de relatórios institucionais, portais de transparência e bases oficiais, aplicando a metodologia de fluxo para o cálculo da taxa de evasão e a metodologia proposta por Carvalho e Amaral (2021) para o custo médio por aluno. Os resultados indicaram que, no quinquênio analisado, o custo acumulado da evasão alcançou R\$ 241.872.810,57, valor superior ao orçamento destinado exclusivamente ao ensino em alguns anos, sendo 2021 o exercício de maior impacto financeiro (R\$ 94,22 milhões), associado à taxa mais elevada de evasão (39,94%). Verificou-se ainda que, entre 2019 e 2021, o custo por aluno da UEPB permaneceu abaixo do benchmark de universidades estaduais, ultrapassando-o apenas em 2022, ano de menor eficiência orçamentária. Conclui-se que a evasão representa não apenas uma perda acadêmica e social, mas também um fator determinante para o aumento do custo unitário por aluno, reforçando a necessidade de políticas institucionais de permanência estudantil e gestão eficiente dos recursos públicos.

Palavras-chave: Evasão no ensino superior. Custo por aluno. Eficiência orçamentária.

Área Temática: Contabilidade Pública e Governamental

1 INTRODUÇÃO

O final do século XX e o início do século XXI marcam a história brasileira por diversas transformações nos paradigmas econômicos, sociais e educacionais. Segundo Ristoff (2014, p.2), “nas duas últimas décadas, a educação superior brasileira foi marcada por forte expansão sob todos os aspectos: cresceu o número de instituições, de cursos, de vagas, de ingressantes, de matrículas e de concluintes”.

A universidade, como instituição de ensino, possui raízes quase milenares. No Brasil, entretanto, sua consolidação é relativamente recente, com pouco mais de um século de existência, e marcada pela influência de modelos tradicionais oriundos da Europa e dos Estados Unidos (Sguissardi 2009a).

Avanços tecnológicos e o crescimento econômico de um País demandam recursos humanos qualificados e investimentos em educação, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento e redução das desigualdades sociais. Para ampliar o

número de profissionais qualificados, o governo brasileiro promoveu a expansão do ensino superior por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni (Brasil, 2007). Além disso, foram implementadas medidas como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e a Lei de Cotas Sociais (Rodrigues, Kagimura, Cardoso, Arantes, Junqueira, 2021).

Entretanto, a evasão estudantil permanece como um dos maiores desafios do ensino superior, prejudicando tanto o setor público quanto o privado, ao provocar ociosidade das capacidades instaladas e desperdício de recursos (Silva Filho, Montejunas, Hipólito, Lobo, 2007).

Segundo o sindicato das entidades mantenedoras de estabelecimento de ensino superior no Estado de São Paulo – mapa do ensino superior no Brasil, SEMESP (2025), os índices de evasão são significativos: 23,1% nas universidades públicas presenciais em 2023, com tendência de crescimento desde 2018. Nos cursos de Educação a Distância (EaD), os números são ainda maiores, chegando a 34,1%. Esses níveis representam prejuízos expressivos, comprometendo o retorno dos investimentos realizados.

O Estado da Paraíba tem se destacado nacionalmente pelos investimentos em educação, ocupando em 2023 o terceiro lugar entre as unidades federativas com maior percentual de aplicação orçamentária no setor conforme dados do relatório resumido de execução orçamentária, chegando a 22% de gastos sob o Produto Interno Bruto (PIB) estadual.

A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) recebeu, no mesmo ano, aproximadamente R\$ 376 milhões, o que corresponde a 1,94% das receitas totais do estado (R\$ 19,3 bilhões). Embora o orçamento da UEPB tenha aumentado de R\$ 311 milhões em 2019 para R\$ 376 milhões em 2023, os índices de evasão persistem indicando a necessidade de novos estudos quanto a essa pauta. Isso sugere que apenas o aumento de recursos não é suficiente para garantir a permanência dos estudantes. “Cabe enfatizar que a evasão é um problema que impacta a educação não apenas sob a ótica das instituições, já que ela afeta também os discentes, os sistemas de ensino e a sociedade em geral” (Pinto, 2021a, p. 17).

Diante desse cenário, surge o seguinte problema de pesquisa: **Qual o custo da evasão por aluno na Universidade Estadual da Paraíba e de que maneira esse custo influencia o orçamento da instituição?**

O objetivo geral do estudo é analisar o custo da evasão por aluno na modalidade presencial da UEPB e investigar como os índices de evasão influenciam a alocação e a eficiência do orçamento institucional. Especificamente, busca-se levantar e examinar os dados de evasão acadêmica entre o período de 2019 e 2023 da UEPB; Calcular o custo médio por aluno, considerando os valores orçamentários anuais e o número de matrículas efetivas; Avaliar a relação entre evasão estudantil e eficiência na utilização dos recursos públicos.

A evasão compromete a efetividade das políticas de acesso à educação superior e representa desperdício de recursos públicos. No caso da UEPB, analisar o custo por aluno é fundamental para compreender o impacto da evasão na gestão dos recursos.

Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender a relação entre evasão e orçamento, oferecendo subsídios para decisões mais eficazes por parte dos gestores públicos e acadêmicos. Além disso, a pesquisa contribui para a formulação de políticas de permanência estudantil e para a melhoria da eficiência orçamentária

e do desempenho institucional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Expansão do ensino superior no Brasil

A expansão do ensino superior brasileiro nas últimas décadas reflete transformações políticas, econômicas e sociais que visaram à democratização do acesso à educação. Empreender uma análise crítica das possibilidades e limitações que caracterizam o atual cenário do ensino superior no Brasil configura-se como uma tarefa relevante, que tem ganhado crescente atenção na agenda de pesquisa das ciências sociais e da educação. Segundo Lampert (2010, p. 19, apud Zago, Paixão e Pereira, 2016, p. 148), “no século XXI, esse é um tema desafiador que merece uma análise acurada do governo, da sociedade civil organizada e, principalmente, da academia”.

Conforme relatado por Fernando Nogueira da Costa (2019), com base na tese de Ana Luíza Matos de Oliveira, “historicamente, o acesso à educação superior no Brasil foi altamente restrito à elite econômica, majoritariamente branca, das unidades da Federação mais ricas”.

Com base na abordagem teórica de Trow, os estudos de Gomes e Moraes (2012) defendem que os sistemas de ensino superior nas sociedades avançadas tendem a evoluir historicamente por meio de três estágios distintos: do “sistema de elite” para o “sistema de massa” e, posteriormente, para o “sistema de acesso universal”. A partir dessa tipologia, os autores classificam os sistemas de ensino superior conforme a proporção de jovens entre 18 e 24 anos atendidos: o “sistema de elite” contempla até 16% dessa faixa etária; o “sistema de massa” abrange entre 16% e 50%; e o “sistema de acesso universal” é caracterizado por alcançar mais de 50% dos indivíduos nesse grupo populacional.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua, 2023), a taxa de escolarização líquida da faixa etária entre 18 e 24 anos no Brasil é de 25,9% de matriculados em cursos de ensino superior. Esses indicadores situam o país dentro do estágio de “sistema de massa”, conforme a classificação de Trow, uma vez que menos de 50% desse público jovem tinha acesso aos estudos no ensino superior. Ainda que o censo da educação superior (INEP, 2023) registre quase 10 milhões de matrículas, os desafios relativos ao acesso e permanência continuam preocupantes para essa faixa etária.

A partir de 2003, foram implementadas políticas públicas voltadas à expansão e à interiorização do acesso ao ensino superior no Brasil. Essas iniciativas inserem-se no contexto das políticas neodesenvolvimentistas, nas quais o Estado assume um papel ativo como indutor da ampliação das vagas públicas nas instituições de ensino superior.

As instituições, mantidas pelos governos estaduais, apresentam características específicas de financiamento, estrutura e autonomia, que diferem do modelo federal. De acordo com o censo da educação superior, as universidades estaduais foram responsáveis em 2023, por aproximadamente 32% das matrículas em instituições públicas de ensino superior no país, desempenhando papel fundamental na regionalização da oferta educacional. No entanto, essas instituições enfrentam desafios distintos, como maior vulnerabilidade a contingenciamentos orçamentários e dependência direta das receitas estaduais, o que pode comprometer

a sustentabilidade da expansão e a implementação de políticas de permanência estudantil. No caso da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), esses fatores se tornam ainda mais relevantes, uma vez que a instituição teve crescimento orçamentário nos últimos anos, mas enfrenta dificuldades persistentes relacionadas à evasão acadêmica.

Apesar dos avanços na ampliação do acesso, persistem desafios relacionados à permanência dos estudantes, à qualidade do ensino e à infraestrutura das instituições. A ampliação quantitativa nem sempre foi acompanhada de melhorias qualitativas, o que impacta diretamente nos índices de evasão e na eficiência do uso dos recursos públicos (Sguissardi, 2009b).

2.2 Evasão no Ensino Superior

A evasão no ensino superior tem demonstrado um fenômeno de múltiplos fatores, levantando impactos significativos no planejamento institucional, na gestão orçamentária e na efetividade das políticas públicas de educação. Segundo Silva Filho et al. (2007a), a evasão representa além da desistência do estudante, é percebido o desperdício de recursos financeiros, humanos e estruturais investidos pelas instituições e pelo Estado.

A evasão pode ser medida em uma instituição de ensino superior, em um curso, em uma área de conhecimento, em um período de oferta de cursos e em qualquer outro universo, desde que tenhamos acesso a dados e informações pertinentes (Silva Filho et al, 2007b, p.644). Diante desse quadro, foi criada, em 1995, a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão, por meio da Portaria da Secretaria de Educação Superior e do Ministério da Educação (SESU/MEC), com o objetivo de promover estudos sobre o desempenho de instituições públicas de ensino superior (Bardagi, & Hutz, 2009).

No contexto brasileiro, a dificuldade da permanência estudantil é evidenciada por desigualdades sociais, econômicas e regionais.

Estudantes advindos de grupos historicamente excluídos, como aqueles oriundos de escolas públicas, minorias étnico-raciais e classes sociais inferiores, enfrentam maiores barreiras para concluir o curso superior, mesmo após a inserção ao sistema.

Segundo Tinto (1975, apud Santos junior, & Real, 2017, p. 393), os estudantes que não conseguem se integrar academicamente e socialmente à instituição possuem maiores chances de abandonar o curso, pois a evasão estaria ligada à ausência de vínculo com a universidade e com os colegas.

A evasão reduz a ocupação das vagas disponibilizadas propiciando a possíveis ociosidades ao sistema, eleva o custo médio por aluno que por sua vez compromete o aproveitamento da infraestrutura instalada, gerando ineficiência na alocação dos recursos públicos, diminuindo o estado de bem estar social, uma vez que os gastos financeiros não atingem o retorno esperado. Como observa Pinto (2021b), a evasão deve ser compreendida não apenas como problema individual do estudante, mas como indicador da qualidade institucional e da efetividade das políticas de permanência. No caso da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a evasão representa um desafio adicional em função do seu modelo de financiamento vinculado às receitas do Estado. Mesmo diante do aumento orçamentário registrado nos últimos anos, que em contrapartida geraram maiores gastos como elevação na quantidade

de matrículas e novas contratações de pessoal, os dados apontam para a necessidade de repensar estratégias de acompanhamento pedagógico, assistência estudantil e políticas de acolhimento, que contribuam para mitigar a saída precoce de estudantes e, assim, promover maior eficiência no uso dos recursos públicos.

Braga, Peixoto e Bogutchi (2003, p. 185-6) apresentam um estudo de fundo bourdieusiano, enfatizando que “a evasão é fortemente influenciada pelo desempenho do estudante nos primeiros períodos do curso”. Estudantes com maiores índices de reprovações nessa fase apresentaram taxas mais altas de evasão.

O estudo interno a uma IES como exemplo a Universidade Estadual da Paraíba com base em seus dados, é de grande importância para a própria instituição, Estado e sociedade, pois se há a possibilidade de sistematização e divulgação de informações de extrema relevância para uma gestão eficiente com base em tomada de decisões, através de gráficos e tabelas é possível se realizar um agrupamento de dados e identificar tendências de trancamento, transferências ou desistências por parte dos matriculados. (Silva Filho et al, 2007c).

Compreender os fatores que impulsionam a evasão e sua relação com o custo por aluno torna-se, portanto, essencial para a formulação de políticas eficazes de permanência. Isso requer abordagens integradas que envolvam desde o fortalecimento da assistência estudantil até mecanismos de monitoramento acadêmico e flexibilização curricular, alinhadas ao perfil socioeconômico dos estudantes e às demandas regionais.

2.3 Custo por aluno e eficiência orçamentária

O custo por aluno é um dos indicadores fundamentais no contexto de avaliação da eficiência orçamentária das instituições de ensino superior, ainda mais, nas universidades públicas, no qual a manutenção das atividades depende de recursos públicos. Esse indicador representa a média dos gastos públicos realizados por estudante matriculado em determinado período, e permite mensurar a relação entre a quantidade de recursos alocados e os resultados efetivos da política educacional da instituição em questão: como a permanência, evasão e a conclusão dos cursos.

Para a mensuração do custo do ensino superior público, se faz necessário definir as rubricas que o compõem, o que não apresenta ser simples, uma vez que as IES desenvolvem um conjunto de atividades complexas, com características próprias, seja, locais e/ou regionais, e suas particularidades, tendo variados níveis de interdependência como o caso da UEPB a luz da lei de autonomia (Magalhães, Silveira, Moreira, Magalhães, Santos, 2016).

Em instituições com elevadas taxas de evasão, o custo por aluno tende a ser maior, já que os recursos continuam sendo executados mesmo sem o retorno educacional esperado, ou seja, mesmo que a taxa de conclusão da graduação não seja máxima. Conforme aponta Pinto (2021c), a evasão reduz o aproveitamento da capacidade instalada, gera ociosidade de salas, laboratórios e docentes, e compromete a eficiência na aplicação do orçamento público. Nesse cenário, a análise do custo por aluno deve ser acompanhada da verificação da taxa de permanência e da taxa de sucesso acadêmico, a fim de se obter um diagnóstico mais completo sobre a eficiência institucional;

Com base na literatura, a eficiência orçamentária no ensino superior pode ser compreendida como a capacidade de transformar recursos financeiros em resultados

acadêmicos e sociais.

O planejamento organizacional exerce papel estratégico ao permitir a antecipação de decisões e a coordenação de ações voltadas ao alcance dos objetivos institucionais. Além disso, é essencial para que a organização esteja preparada para aproveitar oportunidades e enfrentar possíveis ameaças, evitando a paralisia ou a atuação desorientada. Para isso, é fundamental que a missão institucional esteja bem definida e constantemente presente no processo decisório, (Camelo, 2018). Seguindo a premissa que a eficiência na utilização dos recursos não se limita a contenção de gastos, mas a utilização de forma estratégica buscando alto desempenho, inclusão e sustentabilidade institucional. Implica a argumentação entre as medidas tomadas no processo decisório, a utilização de mecanismos de avaliação contínua sob os cursos, fortalecimento no atendimento as demandas estudantis e monitoramento frequente dos indicadores de evasão, retenção e conclusão.

Para Amaral (2004) existem dois tipos de custos que podem ser distintos: o custo do aluno e o custo por estudante. O primeiro procura demonstrar os custos incorridos com a formação, levando em consideração apenas os custos para ensino como por exemplo as despesas diretas com pagamento de folha e encargos sociais. Já o custo por estudante seria a simples divisão dos recursos percebidos pela instituição de ensino dividido pelo montante de matrículas do período ou ano.

O trabalho realizado pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras resultou na formulação de uma metodologia de análise conhecida como metodologia de fluxo ou acompanhamento de estudantes. Essa abordagem tem por objetivo mensurar os índices de diplomação, retenção e evasão, acompanhando as trajetórias dos estudantes ingressantes em um determinado curso, ano ou semestre, dentro do período curricular máximo previsto.

Esse monitoramento sistemático da evasão acumulada permite aos gestores acadêmicos acompanharem a evolução do fenômeno ao longo do tempo, além de avaliar a efetividade das políticas e ações implementadas para mitigá-lo.

A presente pesquisa está em consonância com os objetivos da gestão da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), ao propor a análise da utilização dos recursos orçamentários institucionais e evasão acadêmica com base em indicadores de fluxo acadêmico. Por meio da aplicação de modelos estatísticos, busca-se subsidiar a tomada de decisões por gestores universitários e formuladores de políticas públicas, com vistas a promover melhores condições de êxito na trajetória acadêmica dos discentes dos cursos de graduação presenciais e a otimizar a alocação de recursos, assegurando maior economia no processo de formação acadêmica.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem quantitativa, de natureza documental e descritiva, com o objetivo de analisar a relação entre a evasão acadêmica e a eficiência orçamentária da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), considerando dados referentes ao período de 2019 a 2023, “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites”. (Fonseca, 2002, p. 32).

3.1 Tipo de Pesquisa

A pesquisa é classificada como quantitativa por utilizar dados numéricos e

indicadores objetivos para a análise, e documental, uma vez que se baseia na análise de documentos oficiais, como relatórios institucionais, dados orçamentários e acadêmicos disponibilizados pela UEPB, pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) e por órgãos de controle e regulação do ensino superior.

3.2 Fontes de Dados

Os dados utilizados na pesquisa foram coletados a partir das seguintes fontes:

- Relatórios de Gestão e Prestação de Contas da UEPB (2019-2023);
- Portal da Transparência do Governo da Paraíba;
- Relatórios Acadêmicos da PROGRAD/UEPB;
- Dados estatísticos fornecidos por órgãos como INEP, TCE-PB, SEMESP e MEC;
- Legislação e normas pertinentes à autonomia universitária e financiamento público do ensino superior.

A presente pesquisa baseou-se na análise de dados secundários obtidos em fontes oficiais. As informações relativas ao número de matrículas, ingressantes e concluintes no período de 2019 a 2023 foram extraídas do Painel Estatístico do Censo da Educação Superior, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Já os dados financeiros e orçamentários foram coletados por meio dos portais de transparência do Estado da Paraíba, dos relatórios anuais de atividades da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), bem como de bases estatísticas disponibilizadas pelo Ministério da Educação (MEC) e do Relatório do SEMESP (2025).

A coleta dos dados foi realizada entre os dias 1º e 28 de julho de 2025, garantindo que todas as informações fossem atualizadas e condizentes com o período de análise proposto pela pesquisa.

3.3 Procedimentos Metodológicos

Para fins metodológicos, a presente pesquisa adotou a metodologia de cálculo da taxa de evasão proposta pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que considera a variação do número de alunos matriculados, ingressantes e concluintes entre dois anos consecutivos. A fórmula é expressa da seguinte forma:

$$E(n) = 1 - [M(n) - I(n)] / [M(n-1) - C(n-1)]$$

Símbolo	Descrição
E(n)	Taxa de evasão no ano n
M(n)	Total de matrículas no ano n
I(n)	Número de ingressantes no ano n
M(n-1)	Total de matrículas no ano anterior (n-1)
C(n-1)	Número de concluintes no ano anterior (n-1)

Quadro 1. Cálculo da taxa de evasão segundo Silva Filho (2007)

Fonte: Adaptado de Silva Filho (2007)

Simultaneamente, para a análise do custo por aluno, foram considerados a estrutura utilizada por Carvalho e Amaral (2021) quanto ao cálculo.

Assim, tem-se que:

- Despesas totais com ensino executadas pela universidade no período analisado;
- Número de estudantes matriculados por ano;
- Custo médio por aluno, calculado como:
- $\text{Custo por Aluno} = \frac{\text{Despesa Total com Ensino}}{\text{Número de Alunos Matriculados}}$
- A análise cruzada entre os indicadores de evasão e os valores de custo por aluno permitiu observar se há correlação entre a variação nas taxas de evasão e os padrões de alocação orçamentária ao longo do período.

3.4 Delimitação da Amostra

A amostra considerou os cursos de graduação presenciais da UEPB, distribuídos nos seus diversos campi, que apresentaram séries históricas consistentes de dados entre 2019 e 2023.

3.5 Tratamento dos Dados

Os dados coletados foram organizados em planilhas e tabelas, tratados por meio de estatística descritiva (frequências, médias, percentuais) e apresentados em gráficos, quadros e tabelas comparativas. Foram utilizados softwares como Excel para organização e análise dos dados.

3.6 Limitações da Pesquisa

A principal limitação deste estudo reside na eventual incompletude ou desatualização dos dados institucionais, bem como na divergência entre sistemas de informação utilizados pela universidade ao longo dos anos e o painel estatístico do censo da educação no ensino superior. Além disso, o estudo não abrange cursos à distância.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para caracterizar o fenômeno da evasão na UEPB e o seu impacto no orçamento universitário, foram considerados os cursos de graduação na modalidade presencial que se encontravam em processo de oferta entre 2019 e 2023 de acordo com as áreas dos cursos disponibilizados pelo INEP 2025, sendo elas: (Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária); (Ciências naturais, matemática e estatística); (Ciências sociais, comunicação e informação); (Computação e TIC); (Educação); (Engenharia, produção e construção); (Negócios, administração e direito); (Saúde e bem estar).

Com base nas informações coletadas, analisou-se a situação das matrículas em sua totalidade, seja por ato de permanência ou ingressante. Destas supõe-se que para o cálculo de evasão de matrículas evadidas estariam com tais status: desistência, jubilados, transferência interna, transferido para outra instituição e matrícula cancelada. Por exclusão, os alunos permanentes foram considerados aqueles com situação de matrícula regular.

4.1 Componentes da Análise

Para avaliação de desempenho da Universidade Estadual da Paraíba no quesito evasão de graduandos na modalidade presencial, se faz necessário o confronto dos índices de ingressantes, matriculados e concluintes para se ter a percepção das variações de forma geral:

Tabela 2

Dados dos indicadores

ANO	INGRESSANTES	MATRICULADOS	CONCLUINTES
2019	6006	19025	2440
2020	5518	18109	2739
2021	5182	14413	1524
2022	2575	13698	1845
2023	4968	16273	1779

Fonte: Elaborado pelos autores

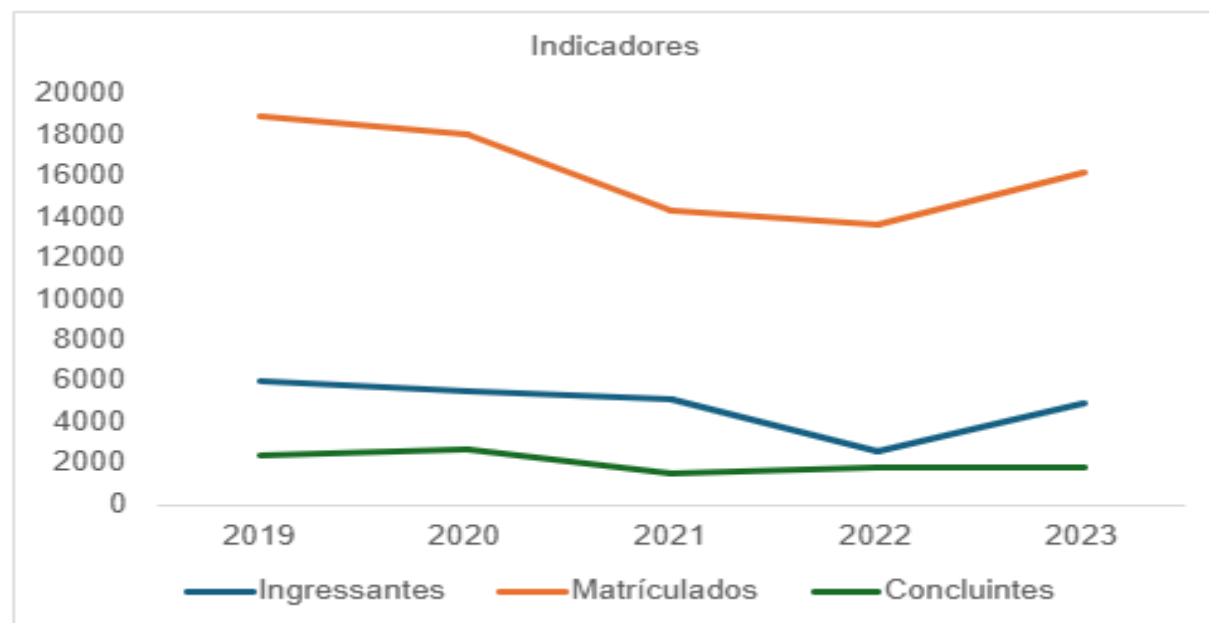


Gráfico 3. Confronto de indicadores por ano

Fonte: Elaborado pelos autores

A análise dos indicadores revela uma queda nos números de matrículas e ingressantes a partir de 2019, período imediatamente anterior à pandemia de Covid-19, com maior acentuação em 2022, ano identificado como o mais crítico em termos

de impactos no ensino superior. A partir desse período, observa-se uma tendência de recuperação nos quantitativos de matrículas e ingressos. No entanto, o número de concluintes permaneceu praticamente estagnado, com uma leve tendência de queda, o que pode indicar desafios estruturais persistentes. Caso essa tendência se mantenha no longo prazo, poderá ser necessário repensar e reestruturar aspectos do sistema de ensino superior para garantir sua efetividade e sustentabilidade no que tange a missão e visão da universidade pública brasileira.

O maior índice de evasão do fluxo ocorreu entre 2020 e 2021, coincidindo com o período de maior impacto da pandemia de COVID-19, quando as atividades presenciais foram suspensas e houve retração nas matrículas, tendo um pico de evasão líquida em 39,94%.

A partir de 2022, observa-se redução consistente da evasão, com recuperação em 2023, indicando retomada da permanência dos discente.

O comportamento do fluxo anual evidencia que, embora o ingresso tenha sofrido oscilações significativas, a capacidade de retenção da instituição melhorou após o período pandêmico, chegando a taxas de 4,62% demonstrando uma certa adaptabilidade dos usuários do sistema.

Dados do SEMESP (2025) apontam que a taxa média de evasão no ensino superior presencial das universidades brasileiras, no período de 2019 a 2023, foi de 21,5% ao ano. No mesmo intervalo, a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) registrou uma média de 19,64%, situando-se, portanto, abaixo da média nacional. Esse resultado constitui um indicativo positivo, uma vez que demonstra desempenho relativamente mais favorável da instituição no enfrentamento do fenômeno da evasão de alunos. Conforme é demonstrado no gráfico abaixo:

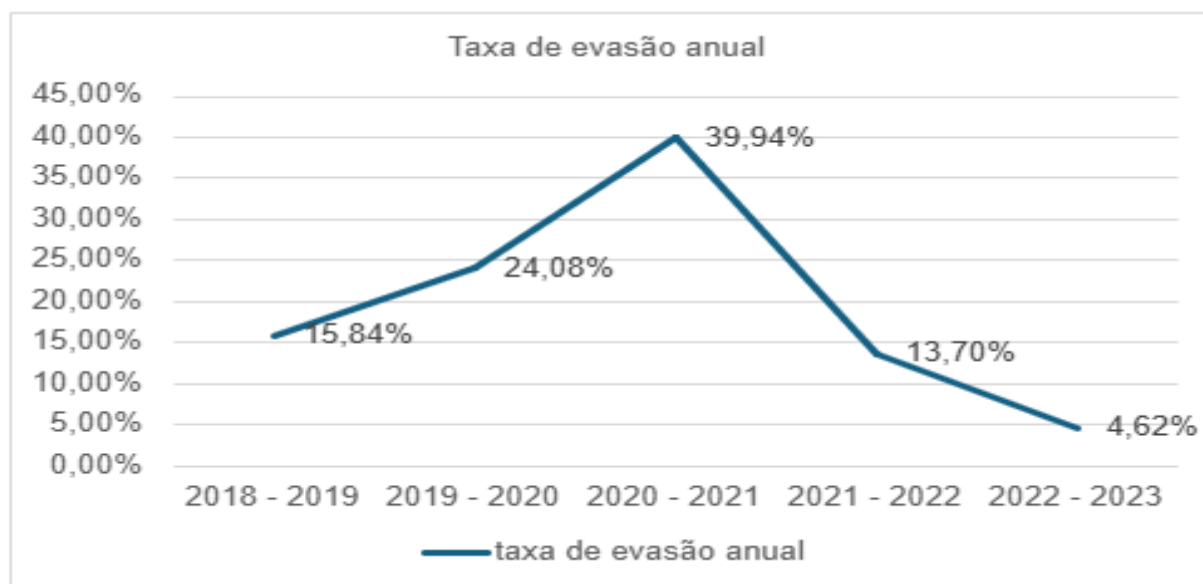


Gráfico 2. Taxa de evasão anual

Fonte: Elaborado pelos autores

4.2 Custo médio por Aluno

Seguindo a metodologia de Carvalho e Amaral (2021) o custo anual médio do aluno é calculado pela fração entre as despesas da instituição com o ensino

deduzindo as despesas de pesquisa e extensão sob a quantidade de alunos de graduação somado a pós graduação. Utilizando o portal de transparência da UEPB no relatório de principais despesas acumuladas por campus entre 2019 a 2023 foi possível identificar as despesas estritamente alocadas ao ensino. Adicionalmente se fez necessário ponderar o custo por aluno deduzindo as matrículas de pós graduação, apresentando assim apenas o custo por aluno de graduandos na modalidade de ensino presencial.

Tabela 2

Matrículas totais ponderadas

ANO	2019	2020	2021	2022	2023
MATRÍCULAS GRADUAÇÃO (INEP)	19025	18109	14413	13698	16273
MATRÍCULAS PÓS GRADUAÇÃO	1720	1624	1.754	1.663	1.290
TOTAL DE MATRÍCULAS	20745	19733	16167	15361	17563
RELAÇÃO GRADUAÇÃO/TOTAL DE ALUNOS	91,71%	91,77%	89,15%	89,17%	92,66%

Fonte: Elaborado pelos autores

Para atender ao objetivo geral da presente pesquisa, torna-se necessário ponderar o número de matrículas e as despesas acumuladas por ano, de modo a evitar distorções nas análises. Para isso, realizou-se a razão entre o número de matrículas na graduação e o total de matrículas da instituição, obtendo-se, assim, os resultados apresentados na tabela supracitada.

Tabela 3

Descrição das despesas acumuladas (2019-2023) – EM MIL (R\$)

ANO	2019	2020	2021	2022	2023
NATUREZA DA DESPESA	CUSTO ANUAL	CUSTO ANUAL	CUSTO ANUAL	CUSTO ANUAL	CUSTO ANUAL
FOLHA DE PESSOAL	252.059.696,93	250.396.695,05	249.697.738,47	294.551.786,25	315.097.972,98
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	8.415.243,85	8.256.877,29	8.325.760,01	8.076.474,29	8.007.435,95
AUXÍLIO SAÚDE	2.470.202,24	2.409.942,22	2.337.544,02	2.210.351,12	2.184.432,09
BOLSA MONITORIA	493.856,00	396.549,50	662.999,55	839.600,00	841.600,00
PIBID	-	38.400,00	153.200,00	37.600,00	-
BOLSA DE TUTORIA ESPECIAL	27.324,00	28.116,00	30.888,00	47.124,00	93.852,00
ÁGUA	435.498,87	1.953.654,43	2.053.806,49	2.868.555,80	576.687,55
ENERGIA	3.115.414,45	350.974,15	273.317,78	506.806,74	2.837.246,90
SUPORTE SISTEMA SIABI – BIBLIOTECAS	18.583,28	19.114,20	19.114,20	16.348,82	21.435,96
MANUTENÇÃO DO BIOTÉRIO	-	1.103.305,00	1.058.856,00	1.058.856,00	1.058.856,00

TOTAL/DESPESA	267.035.819,62	264.953.627,84	264.613.224,52	310.213.503,02	330.719.519,43
TOTAL DAS DESPESAS PONDERADAS A GRADUAÇÃO	244.895.467,26	243.148.292,03	235.904.645,57	276.629.422,85	306.428.214,98

Fonte: Elaborado pelos autores

Dessa forma, utilizando-se os critérios adotados nas tabelas 2 e 3, os dados de despesas acumuladas para a graduação estão mais coerentes e concisos para o cálculo do custo médio por aluno (ensino).

O custo médio por aluno consiste em dividir o total de despesas acumuladas ponderadas da graduação pelo total de matrículas da graduação, sendo assim temos:

Tabela 4

Custo médio do aluno de graduação da UEPB – EM MIL (R\$)

ANO	2019	2020	2021	2022	2023
TOTAL DAS DESPESAS PONDERADAS A GRADUAÇÃO	244.895.467,26	243.148.292,03	235.904.645,57	276.629.422,85	306.428.214,98
MATRICULAS GRADUAÇÃO (INEP)	19025	18109	14413	13698	16273
CUSTO MEDIO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO DA UEPB	12.872,30	13.426,93	16.367,49	20.194,88	18.830,47

Fonte: Elaborado pelos autores

A Tabela 4 apresenta os parâmetros utilizados para o cálculo do custo médio por aluno de graduação, destacando-se o menor valor registrado em 2019, de R\$ 12.872,30 reais, e o maior em 2022, de R\$ 20.194,88 reais. Na sequência, procede-se à análise do custo médio por aluno nas universidades estaduais, tomando-se como referência o ano de 2016 ao qual foi identificado um benchmark de R\$ 13.485,40 reais, conforme o estudo de Carvalho e Amaral (2021) em: ***O financiamento das universidades estaduais brasileiras: o custo aluno, as assimetrias institucionais e as desigualdades regionais***. Sobre esse valor, será aplicada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a fim de atualizar monetariamente a série e permitir a comparação com os valores atuais observados. Essa abordagem possibilita identificar eventuais distorções no custo por aluno ao longo do período analisado (ceteris paribus), o crescimento do custo médio por aluno apresenta-se com elevação entre 2019 e 2022, com uma leve tendência de queda para 2023, conforme apresentação da tabela acima.

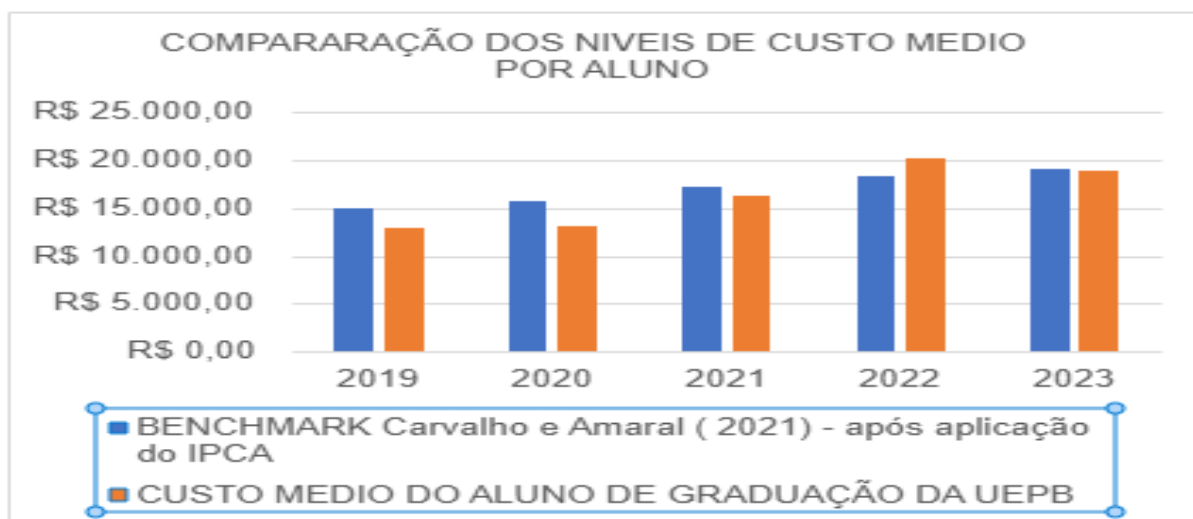


Gráfico 3. Comparação dos níveis de custo médio por aluno

Fonte: Elaborado pelos autores

Para a presente análise, torna-se necessária a comparação dos níveis de custo por evasão com parâmetros de referência, a fim de situar a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em relação a outras instituições. Observa-se que, nos anos de 2019, 2020 e 2021, o custo por aluno na UEPB manteve-se inferior aos valores apurados por Carvalho e Amaral (2021), considerando-se a atualização monetária pelo IPCA. Apenas em 2022 — ano marcado pelos impactos mais severos da pandemia de Covid-19 — o indicador ultrapassou o valor de referência, apresentando, em 2023, uma recuperação moderada. Mantidas constantes as demais variáveis (*ceteris paribus*), os resultados encontrados refletem de forma direta a relação entre a redução no número de alunos e a elevação do custo unitário, compondo o quadro de custos associados à evasão acadêmica na instituição.

Tabela 5

Custo da evasão absoluta por ano – EM MIL (R\$)

ANO	2019	2020	2021	2022	2023
MATRICULAS GRADUAÇÃO (INEP)	19025	18109	14413	13698	16273
CUSTO MEDIO DO ALUNO DE GRADUAÇÃO DA UEPB	12.872,30	13.026,93	16.367,49	20.194,88	18.830,47
INDICE DE EVASÃO POR ANO	15,84%	24,08%	39,94%	13,70%	4,62%
TOTAL	38.791.442,01	56.805.838,65	94.220.315,44	37.898.230,93	14.156.983,53

Fonte: Elaborado pelos autores

A Tabela intitulada Custo da Evasão Absoluta por Ano apresenta o montante total do orçamento “desperdiçado” em virtude dos índices de evasão, ao qual embora que os resultados da UEPB frente as médias nacionais se encontrem em estado positivo, é verificado que parte do retorno social é perdido através desses indicadores.

Observa-se que, no período de cinco anos, o custo acumulado da evasão alcançou R\$ 241.872.810,57, valor superior ao total investido em ensino no exercício orçamentário de 2021. Tal cenário evidencia fragilidades na gestão dos recursos públicos e reforça a necessidade de estratégias de otimização, visando ampliar a eficiência na aplicação desses recursos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado teve como objetivo analisar o custo por aluno na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e o quanto os índices de evasão impactam a eficiência da gestão orçamentária de uma instituição pública, no período de 2019 a 2023. A partir da metodologia e do cálculo do custo médio por aluno, foi possível identificar que, apesar do aumento do orçamento da instituição no período analisado, os efeitos da evasão resultaram em significativo desperdício de recursos públicos, totalizando R\$ 241.872.810,57 no quinquênio.

Os resultados demonstraram que o ano de 2021 concentrou-se a maior perda de orçamento frente à evasão, na ordem de R\$ 94,22 milhões de reais, em meio ao período de maior impacto da pandemia de COVID-19 e com a maior taxa de evasão registrada (39,94%). Entretanto, é observada redução gradativa nos custos absolutos de evasão nos anos seguintes 2022 e 2023, em função da diminuição dos índices de evasão, embora o custo médio por aluno tenha permanecido elevado em detrimento da quantidade do número de matrículas.

Ao comparar os valores obtidos com o benchmark proposto por Carvalho e Amaral (2021) para o custo médio por aluno nas universidades estaduais brasileiras, ajustados pela variação do IPCA, constatou-se que, entre 2019 e 2021, o custo por aluno da UEPB permaneceu inferior ao parâmetro de referência. Entretanto, em 2022, esse indicador ultrapassou o valor de comparação, evidenciando uma redução na eficiência orçamentária da instituição naquele exercício.

Os achados por esse estudo reforçam que a evasão no ensino superior não representa apenas uma perda do ponto de vista educacional e social, mas também um problema de gestão orçamentária frente aos recursos repassados pelo Estado, comprometendo o retorno dos investimentos públicos. Nesse contexto, aponta como imprescindível o fortalecimento de políticas que permitam a permanência estudantil, contemplando ações de apoio socioeconômico, acompanhamento pedagógico e estratégias de engajamento acadêmico, com a finalidade de reduzir as taxas de evasão e, consequentemente, otimizar o uso dos recursos públicos.

Como limitações deste estudo, pode-se destacar a dependência de dados secundários disponibilizados por fontes oficiais como os portais de transparência do Estado e da própria Universidade, que podem apresentar inconsistências, o recorte restrito à modalidade presencial da UEPB e o curto espaço de tempo. Como pesquisas futuras é sugerido a ampliação da análise para cursos na modalidade a distância, análise do perfil do aluno com tendência a evadir, bem como o emprego de variáveis qualitativas que permitam compreender de forma mais aprofundada os fatores que motivam a evasão.

Em síntese, os resultados apresentados fornecem contribuições relevantes para a gestão pública e acadêmica da instituição, apoiando para o aprimoramento das políticas institucionais e para a promoção de uma maior eficiência na aplicação dos recursos geridos, garantindo que os repasses públicos em educação superior

alcancem os objetivos de formação do conhecimento, equidade e desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

Amaral, Nelson Cardoso do. Evolução do custo do aluno das IFES: eficiência? Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, v. 9, n. 2, p. 115–125, 2004.

Amaral, Nelson Cardoso do. O financiamento das IES brasileiras em 2005: recursos públicos, privados e custo dos alunos. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105–1126, out. 2007. DOI: 10.1590/S0101-73302007000400006.

Bardagi, Marucia Patta; Hutz, Cláudio Simon. “Não havia outra saída”: percepções de discentes evadidos sobre o abandono do curso superior. Psico-USF, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 95-105, 2009.

Braga, M. M.; Peixoto, M. C. L.; Bogutchi, T. F. A evasão no ensino superior brasileiro: o caso da UFMG. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), Sorocaba, v. 8, n. 1, p. 161-89, mar. 2003.

Brasil. Ministério da Educação. Reuni: reestruturação e expansão das universidades federais: diretrizes gerais. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2025.

Camelo, Maria dos Reis. Gestão da qualidade aplicada ao plano pedagógico do curso institucional de instituições de ensino superior. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, Editora Realize, 2018.

Carvalho, Renata Ramos da Silva; AMARAL, Nelson Cardoso. O financiamento das universidades estaduais brasileiras: o custo-aluno, as assimetrias institucionais e as desigualdades regionais. EccoS – Revista Científica, Campo Grande (MS), n. 57, jun. 2021. DOI: 10.5585/eccos.n57.10777.

Costa, Fernando Nogueira da. Inclusão é interrompida na educação superior. Brasil Debate – CartaCapital, 22 maio 2019. Acesso em 25/07/2025.

Fonseca, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

Gomes, Alfredo Macedo; Moraes, Karine Numes de. Educação Superior no Brasil: transição para um sistema de massa? Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171–190, jan.–mar. 2012.

Instituto semesp. Mapa do Ensino Superior no Brasil: 15ª edição / 2025. São Paulo: Instituto Semesp, 2025. Disponível em: site do Instituto Semesp.

Magalhães, Elizete Aparecida de; Silveira, Suely de Fátima Ramos; Moreira, Ney

Paulo; Magalhães, Elenice Maria de; Santos, Nálbia de Araújo. Uma análise das metodologias de cálculo do custo por aluno das Instituições Federais de Ensino Superior. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, Belo Horizonte, MG, 2016.

Pinto, Silvana Correa. Os custos da evasão de discentes das universidades brasileiras na modalidade de ensino presencial: uma perspectiva de custos contábeis e custos econômicos. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre/Rio Grande do Sul, 2021.

Ristoff, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socio-econômico do estudante de graduação. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, nov. 2014.

Rodrigues, Laís Bássame; Kagimura, Ricardo; Cardoso, Brenda Gabrielly da Silva; Arantes, Alessandra Riposati; Junqueira, Marili Peres. Evasão e retenção no Ensino superior: abordagem baseada em taxas quantitativas. Revista Contemporânea de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 36, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20500/rce/article/view/42914>.

Santos Junior, José da Silva; Real, Giselle Cristina Martins. A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 385–402, jul.–nov. 2017. DOI: 10.1590/S1414-40772017000200007.

Sguissardi, V. Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente. São Paulo: Cortez, 2009.

Silva Filho, Roberto Leal; Montejunas, Paulo Roberto; Hipólito, Oscar; Lobo, Maria Beatriz de Carvalho Melo. *A evasão no ensino superior brasileiro*. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

Zago, Nadir; Paixão, Lea Pinheiro; Pereira, Thiago Ingrassia. Acesso e permanência no ensino superior: problematizando a evasão em uma nova universidade federal. Educação em Foco, Belo Horizonte, v. 19, n. 27, p. 145–169, jan./abr. 2016. DOI: 10.24934/eef.v19i2.